ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 16 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um pelas dez horas e 38 minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão extraordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de câmaras municipais:
José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
Ricky Joe Batista – Vice-presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Presidentes de assembleias municipais:
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (Vice-presidente da Mesa).
Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (1º Secretário da Mesa).

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:
Carlos Henrique da Costa Neves, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
José Adriano Meneses Laranjo, Maria Judite Gomes Parreira, Valdemar Manuel Dias Toste, Valter Manuel Linhares Peres.

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:
João Paulo da Costa Moniz – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (AH).
Maria Cecília Narciso V. Sousa Costa – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:
Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).
Helga da Rocha Barcelos – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representante dos movimentos sindicais:
José Manuel Pimentel Dias – UGT.

Representantes das associações agrícolas:
José António Sozinho Azevedo – Associação Agrícola da Ilha Terceira. (2.º Secretário da Mesa).
Paulo Rocha – FRUTER.

Representante das instituições particulares de solidariedade social:
João Canedo Reis – URIPSSA.

Representante das associações não-governamentais ligadas à área do ambiente:
Paulo José Mendes Barcelos – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:
Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa – UMAR.

Representante da universidade dos Açores:
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho.

Deputados:
Andreia Costa (PS), **Rodolfo Franca** (PS), **Paulo Gomes** (PSD), **Rui Espínola** (PSD), **Guilhermina Silva** (PSD), **Pedro Pinto** (CDS-PP).

Ausências justificadas:

Representante dos movimentos sindicais:
Vítor Silva – CGTP.

Ausências não justificadas:

Representante das associações do setor das pescas:
Paulo Rogério Pereira de Melo – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados:
Berto Messias (PS), **Sérgio Ávila** (PS), **Tiago Lopes** (PS), **Luís Soares** (PSD), **Alexandra Manes** (BE).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Análise e discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – Plano Regional Anual para 2022, com vista à emissão de um parecer por parte do Conselho de Ilha da Terceira sobre a referida proposta.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito bom dia a todos. Visto que todos estão na posse do documento em apreço, passemos à fase do debate.

Sr. conselheiro José Pimentel dias (UGT): Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros.

Na reunião do Conselho de Ilha do passado dia 10 de novembro, solicitei em nome da UGT, o adiamento do debate pelo facto de o documento em análise ser bastante extenso. Entretanto, no final dessa reunião obtive a informação de que a UGT tinha já emitido o seu parecer, algo que na altura não sabia. Fica aqui a explicação à Mesa das razões

porque fiz chegar de imediato aos serviços do Conselho de Ilha, o documento da UGT, que na altura desconhecia e entretanto tive a oportunidade de analisar.

Para que conste em ata, considero que o parecer aqui elaborado deveria conter alguma nota acerca da posição das centrais sindicais, o que não se verifica. De futuro, os pareceres devem ser o mais abrangentes possível, fazendo constar o que dizem as centrais sindicais, nomeadamente a UGT.

Não vou ler o parecer da UGT na totalidade por ser bastante extenso com 17 folhas, limitando-me a assinalar algumas questões que achamos importantes, principalmente nesta fase da vida política da região. Sem prejuízo de outros assuntos, vou referir aquilo que entendemos acerca da temática da modernização, eficiência e transparência da administração pública.

«*A UGT recomenda uma maior atenção e ação do Governo Regional para a necessidade imperiosa do cumprimento dos procedimentos e prazos do sistema de avaliação no âmbito do SIADAPRA, por quanto da sua reiterada – repito: "reiterada", porque isto vem do passado e continua a existir – falta de cumprimento que tem provocado atrasos incompreensíveis e inaceitáveis nas progressões das carreiras dos funcionários públicos, constituindo um grave motivo de descrença, desânimo e desmotivação profissional destes trabalhadores.*» Urge fazer alguma coisa neste domínio e é importante que as pessoas que fazem parte deste Conselho de Ilha, representantes da sociedade civil e dos partidos políticos, tenham a noção do que se passa na administração pública, nomeadamente com a evolução da carreira dos trabalhadores que, por inércia dos serviços, não estão a progredir como deveriam.

«*Reivindicamos também a adoção de medidas administrativas, tendo em vista a redução da burocracia e das moras na atuação da administração pública, removendo entraves e delongas na resposta aos cidadãos que ali têm assuntos pendentes.*» O texto está feito de forma genérica, aplicando-se à ilha Terceira e a qualquer outra ilha da região.

«*A UGT Açores preconiza ainda a adoção de uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos em áreas que não suscitem interesse à iniciativa privada, nomeadamente nos setores da saúde e da educação, assegurando a sua qualidade e acesso universal como instrumentos indispensáveis de aproximação ao modelo de desenvolvimento económico e social europeu. Não obstante o processo regional da regularização de vínculos precários lançado pelo anterior Governo, constatamos não estar ainda concluído, mostrando-se mesmo insuficiente para satisfazer as necessidades regulares e permanentes dos serviços públicos da educação e da saúde na região, pelo que se alerta para a regularização de vínculos precários na administração pública regional.*»

Não bastam boas palavras, é preciso que haja vontade para se criar uma política que resolva de uma vez por todas a questão dos vínculos precários na administração pública, que são muitos.

«*Preconizamos também o reforço do pessoal assistente operacional das escolas e da saúde que se mostra necessário e urgente ser aqui equacionado. Preconizamos ainda a aplicação da figura da mobilidade inter-carreiras na região.*»

O que se está a passar neste domínio não é bom nem útil para os trabalhadores, algo que vem do anterior e continua no atual Governo. Temos dezenas e dezenas de trabalhadores na administração pública que se licenciaram, estão em carreiras de assistente técnico e assistente operacional e está a ser-lhes sistematicamente negada esta mobilidade inter-carreiras que é permitida por lei. Dando um exemplo, ao nível da administração central, na Segurança Social do continente licenciaram-se 600 trabalhadores que, através desta figura, passaram da carreira de assistente técnico e assistente operacional para a carreira de técnico superior. Gostaríamos de saber por que razão, isto não acontece na região, o que é para nós, inadmissível. Peço desculpa por falar com esta clareza mas é a minha forma de apresentar estas coisas e julgo que, muitos dos presentes neste Conselho de Ilha, não têm a noção do que se está a passar na administração pública.

«*Ainda no âmbito da eficiência administrativa, congratulamo-nos com o facto de a Assembleia Legislativa Regional ter aprovado um suplemento remuneratório para os trabalhadores do back office da RIAC. Reiteramos o apelo de um esforço para a criação de uma política de planeamento e acompanhamento eficaz no combate à ilegalidade e invasão fiscal através do reforço dos meios e de ações inspetivas, designadamente no domínio do trabalho e da segurança social, a que se junta o combate ao desperdício e à ineficiente gestão dos serviços públicos regionais e autárquicos, bem como o escrutínio sobre a aplicação dos fundos comunitários.*»

Poderia continuar mas acho que devo ficar por aqui para não maçar mais este Conselho de Ilha e permitir que outros possam também intervir na análise do documento que temos perante nós.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros. Em jeito de interpelação à Mesa, pergunto qual vai ser a metodologia da discussão do documento que temos aqui presente.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Penso que seria importante discutirmos ponto a ponto porque o parecer é extenso e levanta várias questões. Independentemente de uma primeira intervenção mais global por parte dos senhores conselheiros, como foi o caso do senhor José Pimentel Dias, numa fase seguinte poderíamos passar à discussão ponto a ponto para obtermos um documento, o mais consensualizado possível.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Muito bom dia a todos. Por falta de tempo e devido à ausência da ilha, não nos foi possível entregar a documentação até sexta-feira passada. Contudo, consegui enviar no domingo um documento com dois pontos que gostaria de ver acrescentados ao relatório.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Os pareceres individuais ficarão anexados ao documento. Com todo o respeito, julgo que todos teríamos algo a acrescentar mas não me parece boa ideia estarmos agora a alterar o documento que nos foi enviado para análise nesta reunião. Se formos acrescentando pontos a este parecer, corremos o risco de o complicar de tal forma que não seja possível chegar a um consenso. Foi feito um trabalho que teve por base os documentos que nos foram enviados com vista à criação de um documento consensual mas o senhor conselheiro pode especificar o que pretende acrescentar.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Para além da questão do TERCEIRA TECH ISLAND, que já consta, é importante referir também a obra dos taludes da Vila Nova e a questão das antigas residências dos americanos do bairro de Santa Rita. Gostaríamos que a nossa redação ficasse plasmada no relatório.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Ninguém coloca em causa a importância dessas questões que são muito válidas. No entanto, este parecer tem por base, um denominador que é praticamente comum a todos os documentos e remetemos as questões mais específicas para os pareceres individuais que ficam aqui anexos.

O TERCEIRA TECH ISLAND já consta aqui e sabemos que as questões referentes aos taludes da Vila Nova e ao bairro de Santa Rita são muito importantes mas, dessa forma, teríamos que incluir também uma enorme quantidade de outras situações que os vários parceiros consideram importantes e fazem já parte do próprio parecer como documentos anexos. A Câmara Municipal da Praia da Vitória teria, por exemplo, outras situações importantes a referir acerca do parque industrial, a Câmara de Angra precisa de falar dos arruamentos, etc., mas já fizemos constar aqui de uma forma global aquilo que diz respeito às obras e aos investimentos.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): No meu entender, as opiniões plasmadas nos documentos anexos não são avaliadas pelo Conselho de Ilha que apenas analisa globalmente o relatório. Compreendo a situação e peço autorização ao senhor presidente da Mesa para, algures neste debate, explanar estas questões para que não digam futuramente que o conselheiro Valter Peres não as mencionou na reunião do Conselho de Ilha. O nosso relatório ficará anexo para quem o quiser ler, no entanto tenho a noção de que o Conselho de Ilha não procederá à votação dos anexos. Avancemos e espero ter mais sorte no futuro em termos de tempo. Muito obrigado.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Mais do que sorte, é uma questão de direito e legitimidade que o senhor tem na totalidade. Proponho que esta sua intervenção fique registada em ata, salvaguardando dessa forma as suas legítimas preocupações na defesa dos dois pontos que referiu e me parecem essenciais. Para ser mais específico, poderíamos colocar em ata a transcrição desses pontos da forma que o senhor conselheiro melhor entender.

Sr. conselheiro João Canedo Reis (URIPSSA): Bom dia senhor presidente da Mesa e restantes conselheiros. Como não pude estar presente na reunião do passado dia 10 de novembro e apenas regressei de Lisboa este domingo, não me apercebi que tinha que enviar o parecer da URIPSSA para o Conselho de Ilha. Pergunto se posso fazê-lo agora para que o mesmo faça também parte dos documentos anexos porque defendemos alguns pontos importantíssimos para a ilha no sentido de melhorarmos a qualidade de vida daqueles que tratamos ao nível das IPSS.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O senhor conselheiro poderá enviar os documentos para o endereço eletrónico do Conselho de Ilha para que os mesmos passem a constar como anexos.

Sr. conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Bom dia a todos. Peço que não se esqueçam de enviar para todos nós os pareceres das diversas entidades.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Fugindo um pouco ao que tem sido hábito acerca dos pareceres do Conselho de Ilha, a Mesa considera importante um debate ponto por ponto para fazermos um resumo alargado e transversal a todos os pareceres que nos foram enviados e assim alcançarmos a maior abrangência possível no documento.

Temos aqui realçadas pela positiva e também pela negativa, questões muito concretas e praticamente transversais a todos os pareceres que recebemos. Fizemos uma transcrição e uma pequena síntese, tentando captar o espírito de cada intervenção e criámos um documento abrangente e resumido em jeito de conclusão sobre aquilo que é o nosso parecer global acerca do documento. Começaríamos por analisar os pontos de 1 a 5, aqueles que consideramos mais positivos, debateremos depois os pontos de 5 a 8 que foram alvo de um maior número de críticas negativas por parte dos senhores conselheiros e depois faremos um pequeno resumo final.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Começo por agradecer todo este trabalho que fizeram num curtíssimo espaço de tempo. Todos nos confrontámos com esta dificuldade desde a reunião da semana passada, dispondo de prazos muito apertados, o que deu um trabalho extra a muita gente. Em circunstâncias normais, decerto teríamos mais tempo.

Há provavelmente pequenas diferenças de redação entre o que nos foi enviado ontem ao fim da tarde e o que agora foi distribuído. Os documentos não correspondem, têm pontos e eliminação de alguns erros, ou seja, o documento que foi distribuído agora não é igual ao que foi distribuído ontem. Este ponto 1, com o qual estou perfeitamente de acordo, precisa de uma revisão de texto mas nada tenho a acrescentar quanto à substância.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Os documentos que foram enviados estavam praticamente todos em formato PDF não editável. Em conjunto com os colegas, tivemos que os ler, converter em formato editável, selecionar aquilo que era mais ou menos semelhante ou comum a todos e criar um novo documento. Tudo isto terá levado

a algumas falhas devido às incompatibilidades dos vários programas que foram utilizados na elaboração dos documentos que nos foram enviados. Ontem fizemos uma revisão final e posso ter trocado e enviado os documentos errados. Peço desculpa pelo erro porque fui eu que enviei os documentos. Às vezes cometem-se falhas nestas questões de forma, por isso peço aos senhores conselheiros que nos comuniquem os erros que forem encontrando na vossa análise para que os possamos corrigir. Quanto ao conteúdo que vamos votar agora, penso não existirem grandes alterações.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Muito bom dia a todos. Seguindo a metodologia proposta pelo senhor presidente da Mesa, começo por lembrar que as nossas intervenções vão no sentido da criação do tal consenso. Este documento pode sofrer um ou outro ajuste até à sua versão final, procurando, pelo menos, alcançar uma posição maioritária de acordo com os interesses da ilha Terceira que aqui estamos a representar.

Sugiro a transformação deste ponto 3 negativo num ponto positivo visto que, em pareceres anteriores deste Conselho de Ilha, a crítica negativa acerca da falta de verbas para a promoção turística da ilha Terceira e a questão das ligações aéreas, foram reivindicações que são correspondidas com estas duas verbas referidas no ponto 3.

A articulação do ponto 1 positivo com este ponto 3 negativo que, na minha opinião deveria passar a positivo, levaria à criação de condições mais favoráveis no combate àquilo que consta do documento que nos foi enviado hoje de manhã e mostra a comparação entre as ligações aéreas internacionais de outros aeroportos e o aeroporto das Lajes. Se não forem criadas determinadas condições para essas reivindicações, as coisas não nos cairão do céu e peço desculpa pelo uso do termo porque os aviões devem aterrar em segurança. Sendo destacado como negativo, este ponto 3 virá de encontro às reivindicações que não foram correspondidas noutros planos e foram já merecedoras de pronúncias por parte deste Conselho de Ilha em 2018, 2019 e 2020.

No que diz respeito aos pontos positivos, há aqui outras áreas que não foram referidas, como os investimentos na consolidação dos leitos das ribeiras que dão sempre problemas quando chove. Até as tampas do centro da cidade, que talvez não sejam para aqui chamadas, acabam por revelar habilidades olímpicas quando saltam cada vez que chove um pouco a mais.

Poderia referir outros aspetos que não constam deste documento mas merecem algum destaque como, por exemplo, os largos milhões de euros em verbas não desagregadas que terão um forte impacto em todas as ilhas ao nível, por exemplo, da digitalização das escolas, da modernização da administração pública e do desenvolvimento da atividade económica em geral.

Destaco também os 19 milhões de euros destinados à área da agricultura aqui na ilha em que alguns são verbas puras de investimento, reconversão e apoio às explorações. Este

valor corresponde a 50% do investimento em S. Miguel, sendo certo que aquela ilha tem mais do dobro da nossa população.

Deixo aqui estas referências, mesmo que não venham a merecer a concordância dos restantes conselheiros e não transitem para o parecer. Se ignorarmos ou fingirmos que estas situações não existem, não me parece que façamos uma apreciação correta e rigorosa do documento que temos em análise. Além do enfoque estrito daquilo que é o euro para o nosso quarteirão, há outras questões que são transversais e não devem ser aqui ignoradas.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores conselheiros. Na sequência desta última intervenção e reconhecendo a importância do investimento na aerogare civil das Lajes, gostaria de lembrar aquilo que tem sido sempre reivindicado por este Conselho de Ilha, que não tem exatamente a ver com estes 250 mil euros, porque a questão é bem mais profunda. Refiro-me à integração do nosso aeroporto numa rede global de aeroportos porque não podemos manter esta situação estranha de possuirmos um aeroporto que é simultaneamente um serviço do Governo. Vamos ter cerca de 3 milhões de euros de investimento, sensivelmente o mesmo valor dos últimos anos, e tivemos um nível de investimento semelhante na construção do terminal de cargas que, infelizmente, apresenta os problemas já aqui referidos.

O dinheiro para a promoção não aparece expresso no plano mas há outra promoção que foi bem intensa no passado e nunca aqui apareceu, como, por exemplo, as verbas que que foram pagas à Ryanair ou a outras companhias para operarem aqui. Se considerarmos que este é o único dinheiro disponível, constata-se aqui uma redução gigantesca em relação ao passado. Esta verba aparece expressa no plano pela primeira vez mas não é a primeira vez que se gasta dinheiro na promoção do aeroporto. Não vejo que isto seja muito positivo e mais vale ter 250 mil do que não ter nada, mas não vale a pena pensarmos que se trata de uma grande vitória, porque não o é.

Gostaria de reafirmar que a questão do aeroporto é antiga e tem muito mais a ver com estratégias de promoção, particularmente com a estratégia da SATA, que hoje anunciou mais uma ligação de Ponta Delgada para a Alemanha, agora para Dusseldorf. O aeroporto de Ponta Delgada passa assim a dispor de quatro ligações para a Alemanha operadas por diferentes empresas e nós continuamos com zero. Na distribuição territorial, aparecem imputados no plano para a ilha Terceira, mais de trinta milhões de euros para a SATA.

Não quero estragar o consenso porque há, com certeza, algumas situações positivas. Não vamos dizer que tudo é negativo mas também não há aqui maravilhas e volto a chamar a atenção para o que aconteceu com a promoção do aeroporto no passado através de pagamentos milionários às empresas que cá operam.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Não me refiro apenas à primeira linha do ponto 3 onde constam os 250 mil euros, mas ao seu todo porque estamos a falar de 5

milhões de euros. Quanto àquilo que o senhor presidente da Câmara há dias referiu e não consta da redação que foi aqui proposta relativamente ao serviço público de transporte aéreo e marítimo inter-ilhas, nesta distribuição de verbas no valor de 33 milhões de euros para a ilha Terceira e de 36 milhões para S. Miguel, foi tido em conta o número de voos de cada ilha e mantido o mesmo critério desde 2019 ou 2020. Se houvesse uma mudança de critérios, poderia significar a tentativa de camuflar ou evidenciar outra coisa qualquer e este valor permite a total comparação e evolução dos últimos anos.

Este órgão poderá propor à secretaria da tutela, a utilização de outros critérios de distribuição de verbas, mas o facto é que estamos a falar de uma comparabilidade absoluta e de uma continuidade de critérios desde 2019, 2020.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Acredito que tenha sido usado o mesmo critério, mas um critério errado no passado não o torna certo neste momento. A questão fundamental é que os problemas da SATA têm a ver com a SATA Internacional e se a distribuição de verbas fosse feita com base nos voos para fora da região, talvez nos custasse 5 cêntimos que é a proporção que temos em tudo isto.

Não sejamos ingénuos porque sabemos que o destino do dinheiro tem a ver com o equilíbrio de uma empresa. Estamos aqui a falar de uma subsidiação estatal de 33 milhões à SATA que, como podem ver pelo quadro ao lado, não nos traz grande vantagem.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Gostaria de pôr à discussão a sugestão do senhor conselheiro Nuno Melo Alves acerca da transformação do ponto 3 negativo num ponto positivo do documento.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): Em meu entender, se o ponto 3 não sofrer qualquer alteração e surgir com esta redação abaixo do ponto 1, no fundo, uma proposta que apresentámos, quem ler o documento fará o juízo e a avaliação se o mesmo é positivo ou negativo. Em termos sistemáticos, pela nossa parte não há problema que isto venha abaixo do ponto 1.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Quero destacar a postura positiva dos senhores conselheiros na procura de consensos que será essencial para a obtenção de um documento abrangente.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Manifesto a minha concordância com a alteração sugerida e não pretendendo prender-me a pontos de redação, há aqui questões que devem ser revistas. Proporia que votássemos a mudança deste ponto 3 dos negativos para os positivos e se retirasse «… *ainda na qualidade de candidato*». Parece-me um pouco rebarbativo não acrescentar nada e deveria ficar da seguinte forma: «*Entende este Conselho que, tal como afirmado pelo senhor presidente do Governo Regional, a centralidade da ilha Terceira deve ser afirmada…*». O sentido será o mesmo e o «*enquanto ainda candidato*» não acrescenta nada aqui.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Não vejo qualquer problema em retirar este «entre vírgulas» das últimas duas linhas, passando este ponto 3 a constar como ponto 2 positivo com a mesma redação. Não se verificando oposição por parte dos senhores conselheiros, procederemos então a essa alteração. O documento parece-me mais ou menos consensual e as sugestões dos senhores conselheiros, Nuno Melo Alves, José Toste e Carlos Costa Neves enquadram-se perfeitamente nesta metodologia.

Sr. conselheiro Rui Espínola (PSD): Muito bom dia a todos. Começo por justificar à Mesa a nossa ausência na reunião de instalação deste Conselho de Ilha, uma vez que o grupo parlamentar do PSD se encontrava em jornadas parlamentares na ilha de S. Miguel. Aproveito para congratular e dar os parabéns à Mesa do Conselho de Ilha, desejando os maiores sucessos nas novas funções e dizendo que os deputados do PSD estão aqui para colaborar com todos os senhores conselheiros a bem da nossa ilha Terceira.

Há dois aspetos relativamente aos pontos positivos que devem ser realçados. Não tenho ideia que este Conselho de Ilha se tenha pronunciado acerca da abertura do serviço de Radioterapia, apesar de o ter reivindicado durante muitos anos. O Conselho de Ilha, além de um conjunto de forças vivas desta ilha, reivindicaram de forma justa este serviço cuja abertura foi anunciada aquando da apresentação do programa de Governo. Assim sendo, proponho que a abertura da Radioterapia na ilha Terceira, ocorrida no passado dia 4 de setembro, conste também como ponto positivo deste documento.

No que toca ao ponto 2, a verba de cerca de 50 mil euros inscrita no plano destina-se à elaboração do projeto do Centro Interpretativo da Base das Lajes. Como não há projeto, não sabemos se se trata de uma obra de grande ou de pequena dimensão.

Sr. conselheiro João Canedo Reis (URIPSSA): Gostaria de fazer referência ao estudo para a construção do cais de cruzeiros que consta no ponto 4. Como praiense que sou, acho que seria da maior importância começarmos a pensar na forma como vamos aguentar o nosso areal que estamos a perder cada vez mais.

Na década de 1970 tínhamos o maior areal dos Açores que já foi lapidado pelo cais de pesca e pelo cais oceânico. Se o terminal de cruzeiros for construído no cais dos americanos, acabaremos por ficar sem areal quando se diz que o novo executivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória está mais virado para a baía e para os desportos náuticos.

Seria importante a revisão do estudo sobre a construção do cais de cruzeiros naquele local porque estamos a perder cada vez mais o nosso areal. Já agora, porque não, adquirir uma draga em condições para termos areia suficiente na praia grande, na praia dos sargentos e na praia dos oficiais? Até agora nada tem sido feito nesse sentido.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Concordo com a forma como está e votarei favoravelmente este relatório mas não me parece correto que se transforme em positivo, um ponto que faz referência a uma verba considerada residual. No entanto, está votado, já passou.

Concordo também com a questão relativa ao Centro Interpretativo e, quanto a mim, os pontos nunca poderão ser considerados positivos ou negativos na sua plenitude porque há sempre partes boas e partes más. Estes 50 mil euros não são suficientes para um projeto com a qualidade e a envergadura que se pretende porque não há milagres e todos temos já passado pela experiência da elaboração de projetos nestas áreas.

Manifesto a minha concordância com o relatório na sua generalidade e também com a passagem daquele ponto de negativo para positivo, apesar de uma redação um pouco incompatível. É preciso fazer aqui a menção de que devemos ficar alerta por se tratar de um projeto que consideramos importante e precisa de uma verba mais elevada. Neste caso, apenas se diz que é bom e importante mas, se calhar, valeria a pena um pouco mais.

Sr. conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Apenas para fazer um reparo acerca da redação deste ponto 5 relacionado com o Algar do Carvão: «*À semelhança dos dois últimos planos, está prevista a continuação do investimento.*» Para que não se associe a palavra «*investimento*» a um investimento financeiro, proponho que seja retirada a palavra «*continuação*» porque até agora não houve nenhum tipo de investimento financeiro, apenas trabalho de secretaria em termos de projeto.

Não se verificando mais intervenções, as alterações à redação em epígrafe foram aprovadas por unanimidade.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Muito bom dia senhor presidente da Mesa e restantes conselheiros. Tecendo breves considerações acerca dos pontos positivos e indo de encontro às intervenções de alguns conselheiros, lembro que a construção do cais de cruzeiros na Praia da Vitória é uma ambição de há longos anos e, que eu tenha memória, é a primeira vez que existe uma verba para a realização de um projeto. Após uma tónica continuada de estudos, já evoluímos para projeto, pelo menos em semântica.

Pretende-se que o cais de cruzeiros seja construído no molhe sul, salvaguardando pelo menos a nossa prainha. Segundo o que foi tornado público e discutido em alguns fóruns, o cais de cruzeiros passará por um prolongamento do cais acostável em cerca de 350 metros, para além da construção das infraestruturas necessárias.

Este plano para 2022 vem um pouco no seguimento de algumas matérias de 2018, 2019, 2020 e 2021. É um plano de continuidade que está em rotura com aquilo que estava a ser feito e como alguém aqui disse e muito bem, se vinha errado de trás, continuamos errados e perde-se aqui uma oportunidade de criar uma rotura com o passado. Compreendo que essa rotura seja praticamente impossível em apenas um ano de governação, mas tenho esperança que os planos de 2023 e 2024 nos tragam algo diferente no que respeita à concretização de projetos benéficos para a ilha Terceira.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A questão levantada pelo senhor conselheiro Rui Espínola acerca da Radioterapia é perfeitamente válida, sobre a qual me

debati durante muitos anos. Contudo, apesar de o assunto me parecer um pouco descontextualizado visto estarmos a pronunciar-nos sobre o plano, proponho que o senhor conselheiro apresente o tema numa próxima reunião do Conselho de Ilha.

Quanto ao último parágrafo do ponto 2 que diz respeito ao Centro Interpretativo da Base das Lajes, também referido pelo senhor conselheiro Rui Espínola, julgo que deveríamos elaborar um texto mais consensual acerca destes 50 mil euros. Não é dito no plano mas, destinando-se a um projeto, este valor é muito reduzido.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): Sublinhando o que disse em aparte, no conteúdo do plano que estamos a analisar não existe uma referência acerca do destino desses 50 mil euros. Podemos todos assumir que serão para projetos ou estudos mas não nos cabe afirmar aquilo que o próprio Governo Regional não quis dizer no texto do plano. Se fosse claro que esse valor se destinaria efetivamente ao projeto, não haveria qualquer problema em alternarmos o teor do parecer. Nada nos diz que aqueles 50 mil euros se destinam à realização de um projeto e este tema poderá ser aclarado em discussão na Assembleia. Não nos devemos antecipar, dizendo que se trata de um projeto, porque corremos o risco de nos imiscuirmos na responsabilidade do Governo Regional sobre o plano que elaborou.

Sr. conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Tendo em conta a intervenção do senhor conselheiro Paulo Luís a respeito da diferenciação entre estudo e projeto sobre o cais de cruzeiros, se o ponto 4 do plano referia «*projeto*», no parecer deve constar «*projeto*», mas aqui diz «*estudo*». O meu ponto 4 diz o seguinte: «*… deste modo desejamos que o estudo seja realizado.*» Segundo o plano, deve manter-se a palavra «*estudo*».

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Segundo a questão suscitada pelo conselheiro Paulo Barcelos, gostaria de clarificar que um investimento começa com um plano, um projeto e um estudo; tudo isso faz parte do investimento. Nalguns casos, o planeamento e o projeto representam uma parte significativa da despesa e não me parece mal que se refira a continuação do investimento porque não sei o que se gastou em projetos.

Estamos a pegar muito na semântica das coisas, o que não é bom para os consensos que se procuram. Este Conselho não é a Assembleia Legislativa Regional em que os senhores deputados podem proceder a um debate posterior mais político e aprofundado das questões. Aqui devemos ater-nos pura e simplesmente às vantagens ou desvantagens para a ilha Terceira. Se continuarmos com esta tática de defesa e ataque, acabamos por nos desviar do objetivo final que é a emissão de um parecer consensual por parte deste Conselho de Ilha.

Deixemos as questões táticas para outra altura e olhemos para as vantagens ou desvantagens deste plano para a ilha Terceira, que é o objetivo da nossa presença aqui.

Se enveredarmos pela questão política, cada um de nós terá que dizer algo diferente, por isso deixemos certas discussões para os momentos adequados nos lugares certos.

Sr. conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): O professor Álamo de Meneses diz e muito bem, que os investimentos começam na fase dos projetos, mas foram os Montanheiros que pagaram as especialidades; gastámos 70 mil euros e a secretaria não gastou nada ainda. Volto a insistir que se deve retirar a palavra «*continuação*».

Sra. conselheira Helga Barcelos (CCAH): Bom dia a todos os senhores conselheiros. Incomodava-me, de facto, a forma como estava aqui referida esta verba de 50 mil euros para o Centro Interpretativo porque não faz qualquer sentido que se destine à parte da obra. Ainda bem que alguém comentou que era o projeto que aqui estava mencionado e não o estudo e sugiro a seguinte redação: «*Esperamos que os 50 mil euros digam respeito ao projeto e estudo, uma vez que, investido em obra, não iria resultar num Centro Interpretativo com a importância e envergadura pretendida para esta ilha.*»

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Esta redação parece-me consensual e torna o documento ainda mais claro.

Sr. conselheiro Marcelo Pamplona (AMAH): No seguimento da intervenção do senhor conselheiro Paulo Luís acerca do areal da Praia da vitória, volto a este ponto 4 referente à construção do cais de cruzeiros. É preciso que este estudo seja realizado atempadamente, incluindo a simulação em modelo reduzido que consiste numa espécie de piscina, na qual é construído o modelo onde são feitos os estudos completos do movimento das águas à volta do porto. Esta simulação em modelo reduzido em três dimensões é normalmente feita no Laboratório Nacional de Engenharia Civil com vista a aferir as possíveis consequências e a qualidade do projeto.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O que está aqui previsto acerca do terminal de cruzeiros é o prolongamento do atual cais em 350 metros até à ponta do atual molhe de proteção e não, a sua construção no porto dos americanos. É isto que se pretende de acordo com o que foi publicamente anunciado pelo senhor presidente do Governo Regional.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Intervenho ainda sobre este ponto 4, em primeiro lugar para confirmar que a solução é efetivamente aquela que acabou de ser referida pelo senhor presidente da Mesa, uma decisão já assumida pelo Governo Regional que consiste no prolongamento do atual cais em 350 metros, porque é preciso corresponder à dimensão dos cruzeiros e pelo facto de o atual porto ser já insuficiente para o manejo da carga destinada à ilha Terceira. Está tomada a decisão política nesse sentido.

Gostaria de informar este Conselho de Ilha que, no passado dia 5 de novembro foi publicado um despacho das secretarias regionais das finanças e dos transportes, turismo e energia, em que é autorizada a celebração de um contrato programa entre a região autónoma dos Açores e a «Portos dos Açores» destinado a regular a promoção, por esta

última, dos estudos e projetos do cais de cruzeiros da Praia da Vitória. O que este despacho prevê é exatamente a elaboração dos estudos e do projeto.

A redação que aqui está, com a expectativa do arranque em 2023, merece a nossa total aprovação. É também do conhecimento público, a informação acerca dos vários estudos que foram feitos sobre aquela baía que poderão vir a ser futuramente aproveitados, sendo mais necessária a realização do projeto. Não sei se foram também feitos os estudos referidos pelo senhor conselheiro Marcelo Pamplona mas, com certeza, terá sido seguida a cartilha nesse caso.

Para tornar isto mais exato, proponho uma alteração da redação na terceira linha em que se diz: «*… sendo uma porta de entrada e saída de carga e passageiros, bem como de turismo*.» Eu incluiria a «*carga*» porque este cais resolverá também o problema da carga.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Se não houver oposição por parte dos senhores conselheiros, passaríamos a incluir no texto «*carga e passageiros*», ficando assim a alteração aprovada por unanimidade.

Sr. conselheiro Marcelo Pamplona (AMAH): Apenas fiz uma consideração técnica porque a minha área profissional esteve sempre ligada ao mar e, apesar deste prolongamento de 350 metros, poderá haver consequências para o movimento do areal.

A minha preocupação é que não se chegue ao final de 2022 sem que essa simulação em modelo reduzido esteja incluída no estudo do cais de cruzeiros porque a construção de um modelo reduzido e a verificação das análises poderá demorar ainda cerca de quatro ou cinco meses. Quanto a mim, é importante para o areal da Praia da Vitória que se realize um estudo técnico em modelo reduzido.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Tratando-se de uma questão técnica, a Mesa propõe que a mesma fique registada em ata e não conste no texto final. Visto que ninguém se opõe, passará então a constar na ata.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): Antes de mais, desejo a continuação de um bom dia a todos os senhores conselheiros. Ainda a respeito do ponto 4, este plano não especificava se estes 75 mil euros se destinavam ao estudo ou ao projeto, mas o doutor Carlos Costa Neves esclareceu tratar-se apenas do estudo, dizendo que a obra avançará provavelmente em 2023.

Voltando um pouco atrás, no que respeita a portos, infraestruturas e equipamentos portuários, verificamos aqui uma diferença abismal entre 1 805 000,00 € para o porto da Praia da Vitória e 11 225 000,00 € para o porto de Ponta Delgada. Também não me parece que este valor irrisório de 75 mil euros seja suficiente para a elaboração de um projeto para o porto da Praia da Vitória, tratando-se de uma obra com o arranque previsto para 2023.

Precisamos de saber se há o compromisso para que tenhamos efetivamente obra no porto da Praia da Vitória ou se vamos continuar a andar ano após ano com 50 mil ou 75

mil euros para estudos, continuando sem cais de cruzeiros. Faço parte deste Conselho de Ilha há algum tempo e todos os anos nos aparece uma verbazinha para um estudo ou um projeto. Não me parece que estes 75 mil euros sejam suficientes para o projeto de uma obra prevista para arrancar em 2023, segundo nos explicou há pouco o doutor Carlos Costa Neves.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): Foi aqui feita há pouco a referência a um despacho relacionado com o contrato programa com a «Portos dos Açores» que menciona estudos e projetos respeitantes a um conjunto de infraestruturas portuárias da região mas não existe uma indicação específica se esses projetos se referem ao cais de cruzeiros da Praia da Vitória.

Recordo mais uma vez que estamos a pronunciar-nos acerca do teor do plano que refere tratar-se de um estudo no valor de 75 mil euros e importa lembrar também que, no plano para 2020, já se previa uma verba de 100 mil euros, precisamente para a realização desse estudo. Desconheço se essa verba foi efetivamente executada ou se existe algum estudo relativo à extensão do molhe. Não havendo, o que vemos neste plano, é exatamente a mesma previsão do ano anterior, mas com a verba reduzida em 25 mil euros. Acredito que os 75 mil euros deem para a realização de um estudo mas não me parecem suficientes para a elaboração de um projeto destinado a uma estrutura portuária.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Não pretendo entrar em grandes detalhes e a única coisa que fiz foi partilhar a informação que tenho de fonte considerada fidedigna. Tal como fomos enganados durante, pelo menos, os últimos doze anos com vários adiamentos de soluções para o porto da Praia da Vitória, espero que desta vez não me estejam a enganar também a mim. Não estou dispensado de poder vir a ser também levado – desculpem a expressão – em relação a novas promessas, porque todos conhecemos o que tem sido a vida atribulada de uma solução para o porto da Praia da Vitória, o porto da Terceira, que neste momento não tem sequer capacidade suficiente para fazer o tratamento da carga.

Devo confessar que gosto pouco das comparações acerca da disparidade entre S. Miguel e a Terceira. Cada coisa a cada um em cada momento, embora reconheça que temos ficado para trás em muitas situações ao longo destes anos. O facto é que o porto de Ponta Delgada está a receber uma intervenção e é natural que, depois da intervenção de obra no porto de Ponta Delgada, haja também uma intervenção de obra no porto da Praia da Vitória.

A verba para os estudos e projetos está prevista em dois lugares diferentes, sendo 75 mil euros para o cais de cruzeiros e, salvo erro, mais 50 mil para a área de estudos e projetos, o que soma 125 mil euros. A informação que me foi dada e aqui partilho com os senhores conselheiros é que, há medida que se foram sucedendo as propostas em relação à baía da Praia, foram feitos muitos estudos que são aproveitáveis para o momento presente. Não ficámos sem nada, ficámos com o estudo da baía da Praia. É isto que me é dito.

Tendo os estudos tão avançados e tratando-se de uma ampliação do cais, acho que deveria haver uma posição forte por parte deste Conselho de Ilha, dizendo que esperamos ver realmente em 2023, o financiamento para o início da obra.

Não quis ler tudo mas o despacho dos senhores secretários diz o seguinte: «*Autorizar a celebração de um contrato programa entre a região autónoma dos Açores e os Portos dos Açores, S.A. destinado a regular a promoção por esta última, dos estudos e projetos para a construção do Núcleo de Recreio Náutico da Calheta, da Gare Marítima no Porto da Casa e do Cais de Cruzeiros da Praia da Vitória.*» A expressão «*estudos e projetos*» aplica-se aos três investimentos que abaixo se identificam. Acho que não restam dúvidas que se fala em estudos e projetos mas, para mim, não é relevante. Acho que o parágrafo tal como está, estaria muito bem se fosse mais reivindicativo.

Sra. conselheira Helga Barcelos (CCAH): O senhor conselheiro Marcelo Pamplona referiu uma questão técnica que me parece importante. Contudo, ficando apenas escrita em ata, a mesma não será anexada ao parecer emitido pelo Conselho de Ilha. As questões colocadas pelo senhor conselheiro Valter Peres, por exemplo, não serão incluídas na redação mas seguirão anexadas ao parecer. Apesar de ser uma questão muito técnica, poderíamos incluir também entre vírgulas no parecer do Conselho de Ilha, a referência à simulação do modelo reduzido feita pelo senhor Marcelo Pamplona, deixando assim o alerta para que essa situação seja vista e tida em conta pelo Governo Regional, porque as atas não são vistas.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Vamos então ouvir a proposta de texto do senhor conselheiro Marcelo Pamplona.

Sr. conselheiro Marcelo Pamplona (AMAH): «*Deste modo desejamos que o estudo seja realizado atempadamente, incluindo a simulação em modelo reduzido, para que a verba para a construção do cais de cruzeiros seja contemplada no orçamento regional para 2023.*»

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Encerramos a primeira parte e passamos ao debate respeitante ao que há a destacar pela negativa no ponto 2, mantendo o mesmo procedimento de análise global, uma vez que o texto resulta da compilação de todas as ideias. Lembro os senhores conselheiros que, aquilo que constava no ponto 3 passou para o número 2 dos pontos positivos.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Apesar de este plano não especificar no ponto 5, os investimentos nos equipamentos e infraestruturas portuárias no porto da Praia da Vitória, não deixa de ser significativa esta verba de 1,8 milhões de euros que, seguramente, não se referirá apenas a despesas correntes, porque deve haver reinvestimento em imobilizado, caso contrário, não caberia no critério.

Gostaria também de destacar que o projeto do TERCEIRA TECH ISLAND no valor de 2,8 milhões de euros, estava com uma execução de 1,65 milhões em 2020, o equivalente a 59%, sendo uma parte mais reduzida destinada à formação e uma outra de maior valor

respeitante à execução de um contrato ARAAL que, tanto quanto sei, terminou. Se foi revisto ou renovado, não consta na proposta.

Uma parte da verba da formação e dos vales de programação que estavam incluídos no TERCEIRA TECH ISLAND passou para a ação 11.2 do plano que diz respeito à formação e qualificação profissional a nível regional. Deste ponto de vista, dizendo que o plano não refere as preocupações do TTI, não corresponde inteiramente à verdade. Deixou de constar como projeto específico e passou a ficar integrado em todas as outras ações de formação com equivalente importância, podendo voltar a ser destacado e equiparado a outros contratos ARAAL que o Governo Regional assina com as diversas autarquias. Não significa que tenha perdido a sua valia enquanto projeto específico porque as verbas estão distribuídas por ações de formação e também no programa 3 relativo ao empreendedorismo, que contém cento e tal milhões de euros distribuídos pelas nove ilhas, cabendo à Terceira cerca de 30 milhões.

Sendo certo que a situação da SATA e as ligações aéreas da ilha Terceira com o exterior são uma grande preocupação, também as ligações internas merecem alguma atenção da nossa parte. Mesmo que se optasse por encerrar a SATA, não significaria que as verbas deixassem de ser investidas porque a dívida não desaparece e alguém tem que a pagar, neste caso, o acionista. É o que acontece com as empresas privadas e também com as públicas ou integradas na administração pública, independentemente da sua natureza. Se as dívidas desaparecessem por milagre, seria muito mais fácil resolver os problemas das empresas ou das famílias.

Justificando-se a necessidade de investimento ou de reforço de verbas para a SATA, pelo prejuízo que a companhia apresenta, o que os membros deste Conselho de Ilha devem fazer é questionar a continuidade da forma de gestão a que a SATA Internacional tem sido sujeita ao longo dos últimos vinte anos e a manutenção de viagens para outros aeroportos, deixando os restantes quatro *gateways* dos Açores, incluindo o da Terceira, à míngua de ligações. Sendo a SATA Internacional, o «mau da fita» para o aeroporto das Lajes, é a única companhia aérea que neste momento estabelece ligações com alguns *gateways* da região que não estão abertos ao exterior. Se bem se recordam, a TAP abandonou por completo há uns anos o *gateway* do Faial.

Existe a necessidade da criação de uma alternativa regional que não passe pelo atual modelo da SATA Internacional e não me parece exequível ou até mesmo responsável que se justifique o investimento, quando existe uma dívida que tem que ser resolvida e cujo dinheiro sairá dos cofres da região. Mais cedo ou mais tarde, a solução terá sempre que passar por uma fonte de financiamento estritamente regional. Com mais ou menos verba neste, no próximo ou no ano a seguir, o facto é que a dívida está lá e tem que ser paga.

Não concordo com o texto deste ponto 4, que poderá ser útil com uma redação diferente. Não pode ser passado um atestado de ignorância a este Conselho de Ilha, dizendo que a dívida não faz diferença, que o Governo Regional nada tem a ver com isso ou não se deve

meter lá dinheiro e se deixe a SATA cair, ficando a dever às empresas nacionais e internacionais, aos operadores turísticos locais ou a quem quer que seja.

Na minha opinião enquanto conselheiro de ilha, não podemos assacar para cima de nós qualquer forma de irresponsabilidade. Ligaria este ponto 4 ao ponto 8 no âmbito da falta de ligações aéreas diretas entre a Terceira e o continente e outros locais da europa e do resto do mundo, assegurando a mobilidade dos residentes para o exterior. Não pode existir uma política de um único *gateway* na região e é preciso garantir também o *incoming* de turismo através de múltiplos *gateways* ou portas de entrada.

Esta questão é sobejamente importante, até porque, outros conselhos de ilha fizeram também as suas reivindicações ao Governo Regional nas suas visitas estatutárias às ilhas, nomeadamente o aumento de ligações diretas entre as respetivas ilhas e o aeroporto de Ponta Delgada, argumentando tratar-se do único aeroporto que, no inverno, traz turistas para a região. É isto que temos que combater enquanto Conselho de Ilha.

Não discordando do teor do ponto 8, usaria este ponto para sublinhar uma mudança de redação no ponto 4 em que, no fundo, o Conselho de Ilha está a dizer para não se pagar as dívidas de uma empresa que pertence à região, concordando que se gaste esse dinheiro para pagar os lucros de outras, o que não me parece uma lógica coerente em termos daquilo que pretendemos que é o reforço das ligações aéreas entre a ilha Terceira e o exterior.

Penso que deveriam cair algumas expressões que constam neste ponto 4 como, por exemplo, a seguinte: «*Não se justifica um investimento tão avultado como o previsto que daria para subsidiar operações noutros aeroportos.*» A meu ver, deveríamos fazer constar aqui que a SATA Internacional deve servir todos os *gateways* regionais sem privilegiar nenhum em particular e que a sua estratégia seja mudada para não acumular mais prejuízos que dificultam outras alternativas como o financiamento de voos para os restantes *gateways*. Um texto desta natureza irá mais de encontro à vontade deste Conselho de Ilha e das necessidades efetivas da região.

Não estou aqui em defesa da SATA, porque tal não me compete, e nos meus largos anos de participação política e cívica, tenho sido muito crítico em relação a todas estas opções que a SATA Internacional tem tomado. Em mandatos anteriores foi proposto pelo CDS-PP que o impacto económico da SATA Internacional permanecesse na região e a sua sede operacional fosse mudada para o aeroporto das Lajes, o que ajudaria a colmatar o impacto da saída dos militares norte americanos e a redução da atividade naquele polo aeroportuário, mas essa medida foi reprovada e morreu ali.

Falo com o à vontade de quem não está aqui a defender a SATA, dizendo apenas que este Conselho de Ilha deve passar a mensagem da necessidade imperiosa de uma maior distribuição das ligações do aeroporto das Lajes com o exterior e com outros *gateways* regionais. Quanto a mim, esta redação não conseguirá este efeito e pode até deixar-nos

com o ónus de propor algo que pareça ilibar a região da sua responsabilidade perante as dívidas que a SATA Internacional acumulou devido a opções erradas de gestão.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): O senhor conselheiro Nuno Melo Alves esclareceu que uma grande parte da verba prevista no orçamento servirá para pagar dívidas do passado. Mantendo-se o modelo da SATA Internacional, não haverá nada de novo para os terceirenses ou para todo o grupo central do arquipélago e um *gateway* através de Ponta Delgada obriga-nos quase sempre a passar uma noite em S. Miguel. Talvez seja mais fácil viajar diretamente das Lajes para Lisboa porque temos outras opções de voos para o exterior a preços muito diferentes dos que são praticados na região. Ao viajarmos dos Açores para Oakland, Toronto ou Boston, pagamos duplamente voos caríssimos à SATA Internacional e se dividirmos isto pela população da região, o resultado é brutal.

O Conselho de Ilha da Terceira deve defender uma posição firme no sentido de se alcançar a melhor opção, não apenas para a ilha Terceira, mas para toda a região, algo que não passa pela manutenção da SATA Internacional.

Avaliando os custos, temos 127 730 000,00 € destinados a rubricas referentes ao serviço público de transporte aéreo e marítimo inter-ilhas, 15 700 000,00 € para a restruturação, coesão e transportes aéreos de passageiros e carga e correio inter-ilhas e, provavelmente, mais 6 300 000,00 € para a promoção, coesão territorial e transportes. Até quando a região vai continuar a suportar isto? Mantêm-se aqui os mesmos valores do passado e isto parece um copy/paste.

Compreendo que se pretenda um *gateway* direto para os Estados Unidos da América, mas será que a região tem condições para o suportar? Como terceirense, isto não me parece apelativo porque já viajei para Toronto via Lisboa, o que é muito mais razoável em termos de custos, e consigo chegar e sair no mesmo dia sem ter que passar uma noite em S. Miguel.

Penso não ser o único a raciocinar desta forma. Quanto custa a SATA Internacional a cada habitante da região? A situação é dramática e os deputados da Assembleia Legislativa Regional já fizeram observações sobre o assunto.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Pedindo permissão aqui ao meu vizinho do lado para me meter em assuntos mais praienses do que angrenses, a verdade é que este projeto tem uma importância global muito para além do concelho da Praia da Vitória com um enorme efeito sobre a totalidade da ilha. Deve ser mantido o investimento tecnológico que se iniciou na ilha Terceira, sob pena de, mais uma vez, iniciarmos algo que é rapidamente adotado pelos vizinhos do lado quando veem que a ideia dá resultado, deixando-nos completamente fora do jogo.

Se não mantivermos o TERCEIRA TECH ISLAND, haverá um duplo prejuízo para toda a ilha Terceira. Por opção governamental, poderemos perder uma enorme vantagem no campo tecnológico com a transferência da área da saúde para Ponta Delgada ou para o Parque

Tecnológico da Lagoa, o que terá um efeito devastador sobre o potencial da criação de emprego e de competências nesta ilha.

Todo o investimento que foi feito no TERCEIRA TECH ISLAND poderá transformar-se em veneno para a Praia da Vitória. Se aquelas empresas saírem da Rua de Jesus, as lojas não voltarão e ficaremos com uma cidade fantasma, o que é péssimo também para Angra do Heroísmo e para toda a ilha Terceira.

Precisamos de garantir a viabilidade das nossas comunidades, reafirmando que o que é bom a Praia da Vitória é também bom para Angra do Heroísmo e vice-versa. O desmantelamento deste projeto pode tornar-se numa verdadeira tragédia para o futuro da Praia da Vitória. A verdade é que se desmantelou o comércio local no centro da cidade e se aquilo colapsar, as lojas ficarão vazias. Não vejo a curto prazo, outro uso que dê vida àqueles espaços e a boa intenção de se criar um polo tecnológico pode transformar-se rapidamente num pesadelo.

A diluição deste investimento num conjunto de outras verbas para aqui e para ali não augura nada de bom porque é virtualmente impossível sindicarmos a aplicação do dinheiro. Ficamos sem saber o que foi ou não foi gasto na Praia da Vitória e o que vamos ver daqui a dias é uma cidade vazia, o que não é bom para ninguém.

Voltando à questão da SATA, a redação do nosso parecer não ignora a dívida existente porque alguém terá que a pagar. O problema é que, desde as crianças até aos mais velhinhos, cada açoriano está a pagar à SATA 1 100 euros todos os anos, uma situação que não pode continuar. Ninguém defende que a dívida não se deve pagar, o que dizemos é para pararem de a aumentar. Ainda ontem vimos a SATA a anunciar mais um voo para Dusseldorf procurando, com certeza, competir com a LUFTHANSA que é uma empresa «fraquinha», da mesma maneira que vai fazer um voo para Nova Iorque para competir também com a UNITED, aquela pequena companhia americana que vocês bem conhecem, a quem a SATA vai dar cartas.

Esta política é sempre a mesma, o assunto é antigo e há que dizer com clareza que está na altura de se parar de gerar dívida, congelando-a aqui e encontrando forma de a pagar. Ainda há pouco ouvi o anúncio de que a SATA, apenas no primeiro semestre, vinha já a apresentar resultados de 7 milhões de euros negativos ao mês. Vamos continuar com isto?

Isto não serve para a ilha Terceira. Aqueles 300 milhões de dívida que neste momento ali estão, foram essencialmente para promover o aeroporto de Ponta Delgada. Lembrem-se que, em anos anteriores, tão pouco conseguíamos um voo para o Porto. Tiro o chapéu ao pessoal do CDS-PP que fez um excelente trabalho na frente dessa luta insana, mas a verdade é que não conseguíamos nada; foi assim durante anos e agora que a SATA está mais aflita, até já faz mais uns voos para aqui.

Quanto aos outros *gateways*, o dinheiro que se está a gastar na SATA dá para fretar dois aviões por dia para se ir ao Faial, ao Pico ou onde se quiser. Pode pagar-se a outra qualquer empresa para realizar esses voos nas condições que forem necessárias.

Porque é que se insiste numa solução que a história já provou estar errada? Para continuarmos a fazer crescer a centralidade de Ponta Delgada? É a única coisa que está a acontecer. Vejam o desnível na tabela que vos foi distribuída e acrescentem-lhe mais um voo da SATA para a Dusseldorf na Alemanha, que foi anunciado ontem à tarde.

O conselheiro Nuno Melo Alves tem razão e tomo como boas as suas palavras. A dívida tem que se pagar mas, ao menos, congelemo-la aqui e não a deixemos crescer. Se continuarmos assim, acabamos por destruir a unidade açoriana. A SATA está a transformar-se em algo cada vez mais contencioso o que, por via indireta, está a levar à perda de centralidade da ilha Terceira e os nossos vizinhos das outras ilhas têm toda a razão. Quem é que quer um voo para as Lajes, se for um beco sem saída? Toda a gente vai querer voar por Ponta Delgada que é o aeroporto de saída.

Com esta política, a nossa centralidade vai desaparecer mesmo nos voos internos e temos que dizer: «basta, paguemos o que devemos e fiquemos por aqui.» Quando se tem um mau negócio, a melhor opção é parar com ele e com a SATA estamos a perder 1 100 euros por habitante destas ilhas, o que é intolerável.

A SATA é, neste plano, a terceira maior ilha, para não dizer a segunda ou até a primeira, porque todo este dinheiro vai ser efetivamente gasto. Do ponto de vista do investimento público, as ilhas do Faial e do Pico estão muito atrás da SATA já pela metade. Isto não pode continuar assim porque esta política não serve a ilha Terceira. Quanto ao resto, trata-se de um assunto mais global, sobre o qual os senhores deputados falarão com certeza no lugar certo.

Quanto aos voos que desapareceriam das Lajes, com o dinheiro que aqui se poupará, façam-se os devidos acordos com as empresas que se mostrem interessadas em voar para as Lajes com a subsidiação necessária até que os prejuízos desapareçam. O texto que aí está parece-me ajustado e a Mesa do Conselho de Ilha poderá proceder a algum polimento de redação que considerar necessário.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Sugiro que seja totalmente eliminado este ponto 4 porque o Conselho de Ilha sempre defendeu um aumento de voos para a ilha Terceira, independentemente do custo. O que estamos aqui a dizer é que queremos mais voos mas não queremos suportar os custos. O professor Álamo de Meneses disse e muito bem que estes cerca de 1 100 euros por pessoa é o valor que temos que pagar até agora mas desconhecemos o plano de reestruturação que a SATA pretende implementar. Falamos em extinguir a SATA Internacional mas não nos podemos esquecer que é essa companhia que faz as ligações entre os Açores e o exterior, para Oakland, Toronto e Boston.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Podemos fretar aviões muito mais baratos.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): A SATA deixou de voar para Oakland porque não era rentável e ao falarmos de rotas deficitárias, vem-me à ideia a altura em que fazia voos à maluca para São Salvador da Baía.

Tenho plena confiança no atual conselho de administração da SATA. Para além da revestida e notória competência na área, estarão certamente a implementar rotas, procurando um custo/benefício com vista à rentabilidade da empresa. Foi aqui dito que a SATA está a dar prejuízo mas, se retirarmos o bolo da dívida, o seu resultado operacional foi positivo e a empresa está constantemente a bater records face a 2019.

O que estamos a reivindicar neste Conselho de Ilha é um maior número de voos para a ilha Terceira. Sendo todos nós os seus proprietários, se não exigirmos mais voos à SATA, teremos que pagar a alguém para os fazer. Há dias numa sessão, ouvi alguém falar do artificialismo nas ilhas que é, pura e simplesmente, aquilo que está aqui a ser criado. Queremos mais voos para a ilha Terceira e ao mesmo tempo defendemos o encerramento da companhia que os pode realizar, por isso acho que isto deveria ser retirado do documento.

No que diz respeito ao ponto 5, que é considerado um ponto positivo, parece-me haver um ligeiro contrassenso acerca do porto da Praia porque, ao mesmo tempo, achamos que o investimento é curto. Se calhar, poderíamos manter este texto mas com uma nova roupagem.

Segundo o que foi tornado público, não há desinvestimento no TERCEIRA TECH ISLAND, mas sim um aprumar da legalidade da coisa porque o contrato ARAAL que terminou em março deste ano tinha sido feito *ad hoc* através da SDEA. A senhora presidente da Câmara da Praia da Vitória está a reunir com o senhor Secretário da Juventude, o doutor Duarte Freitas, acerca de um novo contrato ARAAL, esse sim, revestido de legalidade.

Foi dito que haverá um forte impacto com a saída daquelas empresas do centro da Praia da Vitória. Concordo em absoluto com essa afirmação mas nada disto é novidade porque o TERCEIRA TECH ISLAND já previa desde o início a mudança dessas empresas para as antigas casas dos americanos no bairro Beira-mar. O que podemos é reivindicar aqui algum tipo de compensação para a Praia da Vitória, caso contrário, transformar-se-á ainda mais numa cidade fantasma.

Segundo o que foi dito pelo doutor Nuno Melo Alves, os cerca de 520 mil euros que estavam previstos o ano passado tiveram uma taxa de execução de 56%, mas lembro que estamos a falar de meio ano porque o plano e orçamento entrou em vigor em julho do ano passado.

Não me sinto nada chocado se o termo TERCEIRA TECH ISLAND consta ou não no plano e orçamento, se está mais cá ou mais lá com outro nome ou se faz parte deste ou daquele

bolo financeiro. O que me interessa são os resultados e os praienses sabem quantas turmas de formação ali são criadas.

Devemos exercer uma postura de fiscalização neste Conselho de Ilha, defendendo a concretização deste investimento que é importante para a Praia da Vitória, para a ilha Terceira e para os Açores porque estamos a falar de um conjunto de pessoas que trazem mais-valias para a região e apenas nos importa o que realmente acontece. Independentemente de constar aqui ou acolá, este Conselho de Ilha deve fiscalizar o que é efetivamente executado porque os orçamentos desta região têm normalmente uma taxa de execução de 50 ou de 60%.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Senhor conselheiro, permita-me um aparte a respeito da sua intervenção. Assim como os resultados, as formalidades são também importantes e é bom que as coisas fiquem claras. O projeto do TERCEIRA TECH ISLAND é-me muito querido por várias razões e não me parece que esteja a ser devidamente tratado.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Estamos aqui confrontados com algumas questões muito complicadas cujos contornos nos são desconhecidos. Penso que a intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o professor Álamo de Meneses, foi bem fundamentada e tocou na essência da questão. Contudo, e ainda em relação ao ponto 4, estou também de acordo com as reservas aqui deixadas pelo senhor conselheiro Paulo Luís em relação a algo que nos é desconhecido que é o plano de reestruturação da SATA. Desconhecemos as propostas e as perspetivas de futuro e se virá a ser eliminada esta situação que a SATA Internacional tem vivido. Não sabemos o que está previsto por parte da própria administração da companhia ou pelo Governo Regional no sentido de deixar de existir uma renda de bastantes milhões de euros que, se calhar, não estamos em condições de pagar. Poderá haver alguma justificação que desconhecemos, daí a necessidade deste ponto 4 conter uma redação que demarque de forma clara as nossas preocupações.

Será que a SATA é realmente um buraco sem fundo ou haverá emenda? Será razoável pensarmos que a SATA Internacional pode tornar-se numa companhia rentável ou os açorianos terão que continuar a pagar um valor X para a suportar? Será esse valor sustentável? Mantenho estas interrogações porque necessitamos de mais informação acerca deste processo que corre desde há muito tempo. Na minha opinião, devemos fazer um exercício de alta diplomacia para expressarmos neste ponto 4, exatamente o que foi aqui dito pelo senhor conselheiro Álamo de Meneses.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Abusando um pouco da vontade e experiência de ambos nestes âmbitos, pergunto aos senhores conselheiros, José Álamo de Meneses e Carlos Costa Neves se nos podem propor em dois minutos uma redação conjunta deste texto, convicto de que todos os conselheiros se reveem nas vossas intervenções.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Proponho então que o Conselho de Ilha nos confie a tarefa de redação do respetivo texto que depois submeteremos à Mesa.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Gostaria de obter uma explicação a respeito deste ponto 5. Isto refere-se à conservação ou ao melhoramento de estruturas? Acontece que não pode ser considerada uma despesa corrente anual porque há despesas de capital e despesas de investimento que se repetem todos os anos e o que estamos aqui a analisar é um plano de investimentos.

Parece-me haver unanimidade por parte deste Conselho de Ilha em relação à importância do TERCEIRA TECH ISLAND. Trazendo agora ao de cima a minha veia de jurista, não me parece que tenha sido acautelada a natureza jurídica desta entidade que é algo inexistente com este nome, o que se torna num problema para o respetivo financiamento e para os contratos ARAAL, além de outras confusões. Neste caso, o essencial é a definição jurídica da criação de uma entidade denominada TERCEIRA TECH ISLAND que possa garantir o respetivo financiamento, evitando que as verbas sejam diluídas noutros lados. Desta forma, o TTI não pode aparecer como recebedor e as verbas têm que estar embrulhadas em qualquer lado, constando como apoio à formação profissional ou outra coisa qualquer. Gostaria que fosse também aqui referida a importância desta situação.

Tenho também algumas dúvidas em relação ao ponto 7 que tem a ver com a AICOPA, cujo parecer não se encontra transcrito na sua integralidade e diz concordar com esta solução de centralização por parte da Secretaria Regional. Passo a citar: «*Um dos fatores que poderá vir a contribuir para estas dificuldades no que concerne às obras públicas, será a concentração na Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, de todo o processo de contratação pública, por se tratar de uma reformulação total do processo de contratação pública nos Açores. Esta centralização sempre foi um objetivo defendido pela AICOPA e continua a merecer o nosso apoio. Contudo, face às exigências atuais, é urgente que as entidades públicas…»* etc., etc., etc.

Percebo a reserva aqui deixada pelo professor Álamo de Meneses na reunião anterior do Conselho de Ilha acerca da redução da capacidade das empresas da ilha Terceira no acesso aos concursos, o que não me parece aqui afirmado pela transcrição da AICOPA que, afinal, defende a dita centralização dos processos. Concordando com a manifestação de preocupação, acho que não se deve utilizar esta repetição parcelar do parecer.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O texto do ponto 4 terá então uma redação feita pelos senhores conselheiros José Álamo de Meneses e Carlos Costa Neves. Retiramos do ponto 7, que o Conselho de Ilha acompanha o parecer da AICOPA e mantemos tudo o resto.

Os senhores conselheiros trocaram algumas impressões acerca da clarificação das redações dos pontos 5, 6, 7 e 8 do parecer.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): O termo «*aumentar*» é melhor do que «*manter*» e nunca «*reduzir*» porque, reduzindo a Ryanair, teremos um grande abalo na concorrência, nas tarifas e na promoção do Destino Açores. Precisamos de conhecer as intenções do Governo Regional mas duvido que passe a despender verbas também neste âmbito; ou será que assiste passivamente ao fim da Ryanair na ilha Terceira? Não sabemos o que o Governo Regional tenciona fazer perante a informação do Governo da República.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O texto do ponto 8 diz que o Governo Regional deve prever uma solução para a continuação das ligações, algo que não consta nesta proposta de plano. Não dizemos quem deve pagar, apenas pedimos que se preveja uma solução.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Acho que ainda é possível negociar isso.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Pelo que conheço do processo, não me parece que seja possível porque tudo isto deveria ter sido iniciado há seis ou sete meses. Com a queda do Governo, com o novo orçamento e prevendo-se o fim das operações da Ryanair em novembro do ano que vem, garantidamente não será possível essa negociação e não foi por falta de aviso porque eu também avisei. Ao incluirmos no texto a previsão de uma solução, estamos a deixar um alerta nesse sentido.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): Referindo-me de uma forma muito breve ao ponto 5 que tem a ver com os investimentos no porto da Praia da Vitória, lembro que temos uma temática consagrada nos aspetos positivos e uma outra nos aspetos considerados negativos, não existindo propriamente aqui uma contradição. Dizemos que esta rubrica tem constado em todos os planos e que este Conselho de Ilha continua a reiterar algo que vem de há muito tempo, não se tratando de algo inovador neste plano.

O TERCEIRA TECH ISLAND é apenas o nome de um projeto, cuja forma de materialização não obriga necessariamente à criação de uma pessoa coletiva de direito público ou privado com este nome. A preocupação explanada neste ponto nada tem a ver com a continuação da utilização do nome TERCEIRA TECH ISLAND e é até referido que, no ponto 11.2.8 do plano regional para 2021 havia uma verba que dava pelo nome de «*formação tecnológica*», que o doutor Duarte Freitas, na discussão do plano anterior, referiu destinar-se ao TERCEIRA TECH ISLAND. Independentemente do nome que lá consta, na discussão do plano anterior foi dito que a «*formação tecnológica*» se referia ao TERCEIRA TECH ISLAND.

A nossa preocupação é que este plano deixe de prever a ação «*formação tecnológica*», verificando-se uma redução em relação ao que havia. Num primeiro momento deixou de se fazer referência ao TERCEIRA TECH ISLAND, passando a chamar-se «*formação tecnológica*», uma verba que, pelo que nos foi relatado, está agora alocada numa outra ação misturada com uma série de coisas.

Este Conselho de Ilha precisa de perceber qual é a verba no plano destinada ao TERCEIRA TECH ISLAND, concluindo: «*O Conselho de Ilha realça a importância desse projeto na ilha Terceira, já que permite a diversificação da atividade económica e a criação de empregos diferenciados.*» Acho que todos concordamos com este texto.

Concordo que o parecer da AICOPA seja retirado do ponto 7, uma vez que, de facto, aquela associação diz concordar com a centralização, referindo o seguinte: «*Esta centralização é um dos fatores que poderá vir a contribuir para a dificuldade na execução no que concerne às obras públicas.*» É a mesma AICOPA que nos diz que esta concentração poderá provocar constrangimentos ao nível do lançamento e consequente execução do plano. Há muito que a AICOPA defendia uma coisa, vindo agora dizer que, afinal, poderá haver aqui alguns constrangimentos. Esta posição deve ser assumida em pleno pelo Conselho de Ilha, retirando-se a referência à AICOPA.

No que respeita ao ponto 8, parece-me suficientemente claro que este Conselho solicita ao Governo Regional que preveja uma solução, através da continuação de um financiamento à Ryanair ou a outra qualquer companhia, desde que seja dada continuidade a este serviço, preferencialmente através da Ryanair.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Concordo que seja retirada a referência à centralização das obras na ilha de S. Miguel mas faz todo o sentido que se mantenha este ponto, até porque se trata de uma experiência já adquirida.

Como sou mais velho, recordo a este Conselho a situação que se passava em 1996, em que havia em Ponta Delgada uma divisão respeitante a edifícios escolares ou algo do género, e foi feito um grande esforço para que esse serviço fosse transferido para a Terceira, o que contribuiu para gerar cá emprego. O que agora se pretende é um enorme retrocesso com a reposição de algo que foi desfeito na altura e trouxe grandes vantagens para todos nós.

Vemos aqui um desejo continuado dos nossos vizinhos micaelenses, o que levará ao aumento da criação de emprego em Ponta Delgada. Subsequentemente, há de lá aparecer também uma divisão para as escolas, uma divisão para os hospitais e outras que tais, que acabarão por desaparecer da ilha Terceira. Temos que ser bem claros acerca desta matéria e evitar que isto aconteça porque sabemos que esta experiência já deu maus resultados e as prioridades serão sempre exercidas por quem gere as coisas. As obras das escolas, dos hospitais e muitas outras, hão de arrastar-se da maneira que os gestores das obras públicas entenderem, por isso cabe à ilha Terceira evitar esta centralização que significa um enorme recuo no tempo.

O senhor conselheiro Paulo Luís tem toda a razão ao dizer que sempre esteve prevista a transferência das empresas do TERCEIRA TECH ISLAND, mas também é verdade que, neste Conselho e noutros lugares, sempre me ouviram dizer que tal não deveria ser feito por ser uma má opção, algo que continuo a defender. É fundamental para a Praia da

Vitória que aquilo não saia dali, sob pena de criarmos um problema muito difícil de resolver.

O TERCEIRA TECH ISLAND é muito importante para a centralidade da nossa ilha. O que se pretendia com aquele nome ou aquela marca, era um investimento na ilha Terceira direcionado para a tecnologia, porque se está a investir fortemente no NONAGON na Lagoa em S. Miguel. Volto a frisar a importância de uma tomada de posição quanto à transferência de serviços da Terceira para lá, nomeadamente a informática da saúde, o que esvaziará ainda mais uma das poucas áreas em que ainda temos alguma centralidade. Estamos a falar de atividades e empregos que acabarão por desaparecer daqui.

O doutor Costa Neves tem razão quanto à inexistência jurídica do TERCEIRA TECH ISLAND, mas nunca é tarde para a sua criação. Tínhamos o mesmo problema em Angra do Heroísmo e chegámos a um entendimento com o Governo Regional para a criação do TERINOV que é uma associação de direito privado que conta com a participação de diversas entidades. A Câmara de Angra deixou de fazer parte por uma razão jurídica complicada respeitante aos financiamentos, mas o TERINOV continua a existir.

A Câmara Municipal da Praia da Vitória ou quem entender, pode criar uma entidade com existência jurídica chamada TERCEIRA TECH ISLAND ou utilizando outro nome qualquer caso não gostem deste, para que seja possível a celebração de contratos com o Governo Regional e o recebimento de financiamentos, à semelhança do que acontece com o TERINOV em que conseguimos encontrar rapidamente uma solução, porque nos deparámos com o mesmo problema que agora enfrenta a Praia da Vitória. O que se fez em Angra do Heroísmo, pode e deve fazer-se também na Praia da Vitória.

Finalmente e no que toca à Ryanair, estamos a falar de um ponto nuclear para a ilha Terceira. No próximo verão vamos ter um voo da British Airways que vai testar as águas com ligações ao Reino Unido, uma esperança e uma janela que se abre aqui, à qual se deseja muito sucesso, mas a verdade é que a Ryanair tem uma rede de promoção gigantesca e vende bilhetes em toda a Europa no setor que mais nos interessa voltado para as pessoas que gostam de viagens mais aventurosas e querem visitar os Açores e a ilha Terceira em particular.

Se o Governo Regional optar por não continuar a financiar a Ryanair, substituindo-a pela SATA, teremos aqui um autêntico desastre. Vamos entregar a promoção da ilha Terceira a quem nunca o fez, não o vai fazer porque não lhe interessa e nem tão pouco possui essa vocação. Voltamos à questão da SATA que em nada interessa à ilha Terceira, dando-lhe um exclusivo e permitindo que assuma o lugar da Ryanair. É essencial que este contrato seja renovado porque é a Ryanair que coloca este aeroporto nos mapas dos aeroportos da Europa. Se ela desaparecer, nós também desapareceremos, restando-nos a British Airways como empresa externa num voo de teste. Do meu ponto de vista, a presença da Ryanair deve ser reforçada na ilha Terceira com uma frase que diga claramente que não se pretende a sua substituição pela SATA, o que nos condenaria rapidamente à morte.

Sr. conselheiro Marcelo Pamplona (AMAH): Proponho uma redação ao ponto 4 que mereça a concordância das senhoras e dos senhores conselheiros, acrescentando o seguinte: «*No que diz respeito à SATA Internacional, não se justifica um investimento tão desproporcionado e avultado como o que está previsto para esta ilha, face à quase ausência de voos desta companhia para a ilha Terceira.*» No final, ficaria assim: «*Ou então que se proceda, não ao encerramento da mesma, mas à reformulação total da sua atividade operacional na região.*»

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Porque não havemos de falar do seu encerramento? Creio que é de todo o interesse que ela encerre. Matemos isto, antes que isto nos mate a nós.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): O encerramento está aqui apenas como opção.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Apenas para lembrar que, no que respeita ao ponto 6, estamos a analisar o plano e orçamento e não vejo necessidade de acrescentar aqui a situação jurídica do TERCEIRA TECH ISLAND.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Resumindo, a redação do ponto 4 será feita em conjunto pelos senhores conselheiros, José Álamo de Meneses e Carlos Costa Neves com o contributo do senhor conselheiro Marcelo Pamplona e retiramos a referência à despesa corrente anual no ponto 5. Acrescentamos ao ponto 6, a necessidade da clarificação da forma jurídica do TERCEIRA TECH ISLAND e corrigimos o ponto 7, retirando a referência ao parecer da AICOPA.

Feitas essas alterações por parte da Mesa e não havendo oposição, consideraremos o documento em condições de ser aprovado para posterior envio a todos os senhores conselheiros.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Embora tenha votado favoravelmente este relatório, quero destacar mais uma vez a importância do TERCEIRA TECH ISLAND. Este assunto foi já discutido no último Conselho de Ilha e não nos compete acreditar se vão ou não vão fazer mais e melhor, só porque o senhor secretário disse isto ou aquilo. Estamos aqui a analisar as questões do plano e, apesar do que disse o senhor secretário, houve efetivamente uma desvalorização do projeto.

A obra de reparação dos taludes da Vila Nova tinha destinados 700 mil euros no plano que não foram executados. Lembro que aquele é o único acesso ao porto e a situação é perigosa, na eminência de acontecer ali um desastre. É urgente que este investimento se faça, sob pena de vir a acontecer ali uma desgraça.

Um outro assunto que gostaria de mencionar aqui prende-se com a aquisição das antigas casas dos americanos, um processo iniciado em 2019. Das instituições que estavam envolvidas no processo, a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo da República cumpriram a sua parte, ficando em falta o Governo Regional.

Esta situação tem que ser forçosamente resolvida. Se a última tranche não for entregue no próximo mês de março, o processo volta para trás e os proprietários ficam com o dinheiro gasto. A Câmara avançou já com uma grande parte do orçamento e não faz sentido que o Governo Regional não se chegue à frente, onerando ainda mais o município da Praia da Vitória.

Esta é uma questão prioritária e já assumida. Estamos a falar de cem casas que envolvem muita gente e trata-se também de uma questão de ordenamento territorial. Há que começar a priorizar alguns investimentos na Praia da Vitória.

Sr. conselheiro Pedro Pinto (CDS-PP): Se possível, gostaria que fossem distribuídos aos senhores conselheiros, os contratos assinados com o Governo Regional e com o Governo da República respeitantes ao cofinanciamento dessas tranches. Segundo o que foi afirmado na Assembleia Municipal pelo senhor presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, trata-se de um acordo tripartido entre a Câmara Municipal, o Governo da República e o Governo Regional.

Admitindo nunca os ter solicitado, os documentos também nunca nos foram apresentados na Assembleia Municipal da Praia da Vitória. Gostaria que os mesmos nos fossem distribuídos, qualquer que seja o acordo existente entre essas três entidades acerca dessa matéria.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Posso fazer chegar-lhe os documentos, apesar de não ser uma tarefa fácil. Contudo, e uma vez que o assunto foge um pouco ao contexto da temática que temos hoje aqui em discussão, sugiro que o senhor conselheiro solicite os ditos documentos à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Lembro que estamos a reunir em sessão extraordinária do Conselho de Ilha, o que nos impede de debater outros assuntos que não estejam relacionados com a apreciação do plano.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Solicito a todos os senhores conselheiros que enviem as matrículas das vossas viaturas para o endereço eletrónico do Conselho de Ilha a fim de beneficiarem de uma isenção do pagamento do estacionamento tarifado no período em que participam nas reuniões. Peço aos serviços da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que encaminhem essas informações para a Câmara Municipal da Praia para que os senhores conselheiros sejam também abrangidos por essa isenção ao participarem nas reuniões deste Conselho decorridas no concelho da Praia da Vitória.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Algo que se enquadra na simpatia e no bem receber das câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.

Antes de encerrar esta reunião, gostaria de informar os senhores conselheiros que os pareceres que nos foram enviados ficarão anexados a este parecer final do Conselho de Ilha. Deixo também à vossa consideração o que foi hoje aqui referido pelo senhor

professor Álamo de Meneses acerca da centralização no NONAGON, de todos os serviços informáticos do Serviço Regional de Saúde, algo que eu desconhecia e apenas tomei agora conhecimento. Parecendo-me tratar-se de um primeiro passo para a transferência da própria Secretaria da Saúde para a ilha de S. Miguel, proponho que incluamos uma nota final no nosso parecer, manifestando a nossa preocupação e desagrado com esta situação.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Acredito piamente na informação obtida pelo senhor presidente e transmitida aqui pelo senhor conselheiro Álamo de Meneses. É a primeira vez que ouço falar no assunto e, não se tratando de uma matéria que conste no plano, penso que deveríamos abordar o assunto numa próxima reunião do Conselho de Ilha.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Concordo com a sugestão do senhor conselheiro. Peço desculpa, mas estas questões relativas a transferências de competências para a ilha de S. Miguel, às vezes fazem-me perder a razão.

Vamos proceder à redação final do documento para que os senhores conselheiros o recebam ainda hoje por *e-mail* e tenham a possibilidade de proceder a algumas alterações que considerem necessárias relativamente à forma, sem modificar o seu conteúdo.

A reunião extraordinária do Conselho de Ilha deu-se por encerrada por volta das 13h40m do dia 16 de novembro de 2021, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

_____

Marcos Duarte Machado do Couto

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

_____

Paulo Manuel Martins Luís

_____

José António Sozinho Azevedo